

Jurisprudência em Sinopse¹



■ Há discriminação em caso de dispensa do empregado por manter amizade com desafetos do sócio da empresa empregadora, que o desagradavam por considerá-los “feios e gordos” (SBDI-I, ALOYSIO DA VEIGA).

[TST-E-ED-RR-2016-68.2014.5.07.0016](#)

■ Não se defere mandado de segurança contra demissão coletiva sem participação sindical (SBDI-II, EMMANOEL PEREIRA). **[TST-RO-11778-65.2017.5.03.0000](#)**

■ Defere-se parcialmente mandado de segurança para limitar a penhora de faturamento da empresa de 60% para 15%, para evitar excessivo gravame ao prosseguimento regular da atividade empresarial (SBDI-II, ALBERTO BALAZEIRO).

[TST-ROT-11055-07.2021.5.03.0000](#)

■ Dano moral coletivo apurado em ação civil pública promovida pelo MPT consistente em trancamento dos empregados em câmara fria com cadeado e sem dispositivo de abertura ou alarme (3T, GODINHO DELGADO).

[TST-RRAg-10162-52.2016.5.03.0077](#)

■ Reconhecido direito da servidora pública municipal a jornada reduzida em 50% em razão de seu filho ser portador de transtorno do espectro autista, por isonomia com a legislação federal (3T, FREIRE PIMENTA). **[TST-RR-10086-70.2020.5.15.0136](#)**

¹ Sinopse elaborada pelo NUGEP-NAC do TRT-9ª, resumindo as ementas em única frase. Os links remetem a dados do processo, acórdão e ementa.

² **[Informativo TST 258](#)**

■ Comete dano moral *in re ipsa* a empresa que deixa de fornecer cestas básicas previstas em CCT, mesmo que após o ajuizamento de ação civil pública tenha passado a cumprir a obrigação normativa (3T, FREIRE PIMENTA).

TST-RR-11376-98.2018.5.15.0069

■ A instituição de reajuste e de cláusula de coparticipação em plano de saúde não implicou alteração prejudicial do contrato de trabalho caso o plano tenha duração temporária (4T, MARIA CRISTINA PEDUZZI). **TST-RR-1000096-44.2019.5.02.0521**

■ Não se reconhece vínculo de emprego no caso de terceirização por “pejotização” em atividade securitária, com base no Tema 725, de Repercussão Geral do STF (4T, ALEXANDRE RAMOS). **TST-RR-1976-42.2015.5.02.0032**

■ O aviso prévio indenizado não se computa para caracterizar a continuidade de prestação de serviços no caso de extinção de concessão de serviço público que permitiria a sucessão e responsabilização pelas dívidas trabalhistas do sucedido (5T, BRENO MEDEIROS). **TST-RR-93-90.2014.5.01.0301**

■ A redução à condição análoga à de escravo se caracteriza não apenas quando há restrição à liberdade do trabalhador, mas também quando a vítima é submetida a trabalho forçado, jornada exaustiva ou condições degradantes (6T, AUGUSTO CÉSAR). **TST-RR-1001-43.2011.5.24.0001**

■ Por isonomia, todo empregado público tem direito a jornada reduzida, quando tem descendente portador do Transtorno Espectro Autista (7T, RENATO PAIVA).

TST-AIRR-11138-49.2020.5.03.0035

■ As condições de trabalho e a remuneração descritas em e-mail enviado ao reclamante antes do início do contrato de trabalho configuram condição pré-contratual e obrigam o empregador, gerando direito a diferenças salariais (7T, CLÁUDIO BRANDÃO). **TST-RR-1001964-40.2017.5.02.0711**